

**ACTA**

Aos vinte e nove dias do mês de Setembro do ano de dois mil e onze, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – António Magalhães da Silva – e Vereadores – Domingos Bragança Salgado, Francisca Maria da Costa Abreu, César Manuel de Castro Machado, Amadeu Artur Matos Portilha, Alexandra Parada Barbosa Gesta, José Augusto Ferreira Araújo, José Manuel Fernandes Antunes, Luísa Maria Alves Oliveira, André Guimarães Coelho Lima e José Manuel Torcato Ribeiro. -----

Secretariou a Directora do Departamento de Administração Geral, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

**----- ANTES DA ORDEM DO DIA -----**

O Director do Departamento de Projectos e Planeamento Urbanístico, Arquitecto Filipe Fontes, fez uma apresentação do programa que está na base do projecto de recuperação do edifício do Teatro Jordão. -----

**-----INTERVENÇÕES-----**

**1 – Vereador José Manuel Antunes** – Confrontou o executivo com uma notícia publicada num jornal sobre a eventual desistência da obra do Centro Avançado de Formação Pós-Graduada por parte do adjudicatário. Quis saber como era possível esta situação, quando ainda há pouco tempo se aprovou a prorrogação de prazo relativamente a esta obra, perguntando o que medidas é que a Câmara Municipal iria tomar e que prejuízos esta situação iria implicar. **2 – Vereador José Torcato Ribeiro** – Leu, em voz alta, um documento, pedindo que o respectivo texto, que a seguir se transcreve, ficasse registado em acta: “Na última reunião de Câmara, no passado dia 15 de Setembro, solicitando o

direito à palavra sobre uma questão que levantei no período antes da ordem do dia, o senhor presidente disse que não me era permitido contra argumentar. Que, e segundo o regulamento, o funcionamento neste período tem como regra o seguinte: Coloca-se a questão, o presidente responde, ou delega num vereador com competências na matéria abordada, e ponto final. Não há mais discussão. Ao longo destes cerca de nove meses de mandato, por diversas vezes ouvi que o Período de Antes da Ordem do Dia existe por vontade exclusiva do senhor presidente. Digamos, para utilizar uma expressão sua, que é uma benesse. O povo, com a ancestralidade da sua sabedoria costuma dizer que quando a esmola é grande, o pobre desconfia. A Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro estabelece o Quadro de Competências e Regime Jurídico de Funcionamento dos Órgãos dos Municípios e das Freguesias. No seu artigo 68.º sobre as competências do Presidente da Câmara, alínea q) lê-se o seguinte: "Abrir e encerrar as reuniões, dirigir os trabalhos e assegurar o cumprimento das leis e a regularidade das deliberações." No artigo 86.º Período de antes da ordem do dia, lê-se: " Em cada sessão ordinária dos órgãos autárquicos há um período de antes da ordem do dia, com a duração máxima de sessenta minutos, para tratamento de assuntos gerais de interesse para a autarquia. Na acta do início deste mandato realizada em 29 de Outubro de 2009 deliberou-se por unanimidade de acordo com a lei 5-A/2002, de 11 Janeiro que as reuniões ordinárias de Câmara serão quinzenais e públicas, às quintas-feiras, com início às 10:00 horas e no seu ponto 3 – Que se adopte o seguinte critério de funcionamento das reuniões: 3.1 – Intervenções dos membros da Câmara Municipal – até ao limite da primeira meia hora de reunião. A procura que fiz não me permitiu encontrar o regulamento que estabelece que no período



de antes da ordem do dia não há contra argumentação nem discussão. Parece que estamos perante um desejo de duvidoso suporte legal. As limitações impostas pelo senhor presidente, têm mais a ver com o seu estado de espírito e a sua vontade no momento, do que o alegado regulamento. Também não encontrei nenhuma referência na lei à expressão “ponho-o na rua”. Talvez tenha sido proferida pelo facto, mais tarde confessado pelo senhor presidente, de lhe ter “saltado a rolha”. A minha avó, mulher do povo, costumava dizer “que é nos momentos difíceis ou no calor da discussão que conhecemos verdadeiramente o carácter das pessoas.” Aprende-se muito com gente simples”. **3 – Vereador André Coelho Lima – a)** – Fez algumas considerações acerca do episódio que teve lugar na última reunião protagonizado pelo Presidente da Câmara e pelo Vereador José Torcato Ribeiro. A propósito, recordando que o Presidente de Câmara insiste em afirmar que a existência de Período Antes da Ordem do Dia (PAOD) tem lugar apenas porque ele assim o permite e não porque a lei o imponha, leu o art. 86º da Lei nº 169/99 de 18.09, sob a epígrafe “Período de antes da ordem do dia”, onde se refere que *“Em cada sessão ordinária dos órgãos autárquicos há um período de antes da ordem do dia, com a duração máxima de sessenta minutos, para tratamento de assuntos gerais de interesse para a autarquia.”*, tendo, a propósito, recordado que na última reunião o Presidente da Câmara havia dito *“o senhor não percebe nada disto”*, dirigido ao Vereador José Torcato Ribeiro, quando este dizia que o Período Antes da Ordem do Dia resultava de uma exigência legal. Recordando o episódio da última reunião, lançou um apelo para a necessidade de *“reposição da dignidade no órgão Câmara Municipal de Guimarães”*, referindo mesmo que *“os episódios pouco edificantes têm sido cada mais frequentes, cada*

*vez mais se repetem, tendo sempre como denominador comum o Senhor Presidente de Câmara”, acrescentando que, em sua opinião, “há um dever de respeito, que aliás advém duma postura de civismo, urbanidade e educação, que é devida pelo Senhor Presidente a todos nós, não como vereadores, mas como homens. Nunca ninguém neste órgão se dirigiu ao Presidente de Câmara de forma desadequada ou menos própria, pelo que ninguém está para aturar estes constantes arrufos, próprios de quem tem necessidade de provar algo a alguém, mas pouco próprios de um Presidente de Câmara.” Terminou, fazendo um apelo à serenidade, e recordando que “todos os que aqui estamos, não estamos nesta Câmara em nome pessoal, mas em representação dos cidadãos e do povo que nos elegeu, pelo que o respeito que os nossos eleitores nos merecem deve fazer com que apresentemos uma postura condigna, equivalente à função que eles nos atribuíram, e que corresponda à dignidade que exige a Câmara Municipal de um Município como Guimarães.”* **b)** – Questionou o Presidente da Câmara acerca da reunião do Conselho Geral da Fundação Cidade de Guimarães, ocorrida no dia de ontem. Recordou que, em Julho passado, o Presidente da Câmara manifestou, publicamente, defender uma redução dos vencimentos dos membros do Conselho de Administração da Fundação Cidade de Guimarães, muito embora não quantificasse essa mesma redução, tendo esta posição sido acompanhada pelo Senhor Prof. João Serra, Presidente do Conselho de Administração da Fundação Cidade de Guimarães. Continuou, referindo que questionado há duas semanas atrás, na última reunião de Câmara, sobre a evolução desta situação, o Presidente da Câmara esclareceu que levaria o assunto a reunião do Conselho Geral da Fundação Cidade de Guimarães, que teria lugar a 28 de Setembro. Acrescentou que no



final da mesma reunião, o Presidente do Conselho Geral da Fundação Cidade Guimarães, Dr. Jorge Sampaio, manifestou que essa questão não tinha sido abordada. Em face destas informações, contraditórias entre si, questionou o Presidente da Câmara sobre se seria verdade o que havia sido dito pelo Dr. Jorge Sampaio, sendo que, nesse caso, tal significaria que o Presidente da Câmara não havia levado a referida questão à reunião do Conselho Geral da Fundação Cidade Guimarães, contrariamente àquilo com que se comprometeu com os Vimaraneses, em declaração tida em reunião de Câmara. **4 – Vereador Domingos Bragança** – Sobre a obra do Centro Avançado de Formação Pós-Graduada esclareceu que o prazo tem de ser cumprido, e que a aprovada prorrogação do prazo de execução teve em consideração questões que estavam envolvidas na obra. Acrescentou que, após esta prorrogação, a Câmara Municipal foi verificando que a obra não estava a decorrer de acordo com o respectivo plano, tendo, o adjudicatário, ainda que de forma não oficial, informado não ter condições técnicas e financeiras para continuar a obra, tendo-lhe sido então comunicado que formalizasse essa pretensão, através de comunicação escrita à Câmara Municipal. Por último, explicou sucintamente as consequências que decorrem desta situação. **5 – Presidente da Câmara – a)** – Sobre o período antes da ordem do dia, explicou que os órgãos executivos não são obrigados a prever esses períodos. Disse que tudo fará para que as reuniões decorram com normalidade, acrescentando que não gostaria de eliminar o período de antes da ordem do dia, mas é o que fará se tal se revelar necessário; **b)** – Disse lamentar a questão colocada pelo Vereador André Coelho Lima sobre os vencimentos do Conselho de Administração da Fundação Cidade Guimarães,

realçando a evolução verificada na organização da Capital Europeia da Cultura desde que assumiram funções os membros do novo Conselho de Administração. -----

----- **DELIBERAÇÕES** -----

Foi aceite, por unanimidade, votar, antes da ordem do dia, as seguintes propostas: -----

**FEIRA RETALHISTA DE GUIMARÃES – SORTEIO PARA ATRIBUIÇÃO DO DIREITO DE OCUPAÇÃO DO LUGAR DE VENDA 178F**

– Presente a seguinte proposta do Vereador Amadeu Portilha: “No dia 8 do corrente mês foi aprovada, em reunião de Câmara, a realização de um sorteio para atribuição do direito de ocupação dos lugares 176F, 179F, 073B, 074B e 018A, bem como o respectivo programa. No entanto, após essa data, deu entrada no Município o pedido de anulação da ocupação do lugar 178F no sector do vestuário daquela Feira Retalhista, com efeitos a partir do dia 30 de Setembro do corrente ano. Neste contexto, e por forma a agilizar o processo de atribuição do direito de ocupação desse lugar e, uma vez que existem vários pedidos para o sector do vestuário, proponho que o mesmo seja inserido na lista de lugares a atribuir no sorteio que se irá realizar no próximo dia 27 de Outubro”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**OBRAS PÚBLICAS – REABILITAÇÃO DO CAMPO DE S. MAMEDE E REQUALIFICAÇÃO URBANÍSTICA DO MONTE LATITO – APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO**

– Presente, para aprovação, a minuta do contrato de empreitada da obra em epígrafe, adjudicada por deliberação de Câmara de 1 de Setembro de 2011 a “Casais – Engenharia e Construção, SA”, pelo valor de €1.746.077,13 + IVA. A minuta do contrato dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** ---------- **INFORMAÇÕES** -----

**1** – Deu conhecimento que, em resultado da necessidade de se proceder à terceira grande revisão do equipamento, o Teleférico de Guimarães estará encerrado entre 3 de Outubro e 30 de Novembro; **2** – Deu conhecimento da circular da Associação Nacional de Municípios Portugueses sobre o recente anúncio, por parte do Governo, da decisão relativa ao aumento da taxa de IVA de 6% para 23% na energia eléctrica; **3** – Informou que, no âmbito das acções de poupança energética que a Câmara Municipal está a assumir, as fontes existentes na Alameda Mariano Felgueiras, Alameda Alfredo Pimenta, Largo Navarros de Andrade, Largo Cónego José Maria Gomes e Largo República do Brasil passarão a estar ligadas diariamente apenas entre as 08h00 e as 22h00; **4** – Deu conhecimento da visita do Embaixador do Japão a Guimarães, durante 3 dias, tendo reunido com a Fundação Cidade Guimarães e visitado algumas empresas da região. -----

----- **ORDEM DO DIA** ---------- **INFORMAÇÕES** -----

**1** – Do despacho do Vereador Domingos Bragança, datado de 19 de Setembro de 2011, que adjudicou a “**Prestação de Serviços – Fornecimento de Refeições em Refeitórios Escolares**” ao concorrente “ITAU – Instituto Técnico de Alimentação Humana, S.A.”, pelo preço concorrente de €629.640,00 acrescido de IVA. --

----- **DELIBERAÇÕES** -----

**CÂMARA – ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA REALIZADA EM 15 DE SETEMBRO DE 2011. DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA**, com abstenção do Vereador José Augusto Araújo por não ter estado presente na reunião. Foi dispensada a leitura da acta por ter sido entregue a todos os

membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião. -----

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – PROJECTO GERAL DE EXECUÇÃO DE CONSTRUÇÃO DO EQUIPAMENTO ESCOLAR EB 2/3 DA VILA DAS TAIPAS; PROJECTO GERAL DE EXECUÇÃO DA REABILITAÇÃO DO EQUIPAMENTO ESCOLAR EB 2/3 DA VILA DE S. TORCATO; PROJECTO DE REABILITAÇÃO E RECONVERSÃO FUNCIONAL DO EDIFÍCIO “TEATRO JORDÃO” E PARQUE DE ESTACIONAMENTO DA RUA DE CAMÕES – REPARTIÇÃO DE ENCARGOS** – Presente a

seguinte informação do Director do Departamento de Projectos e Planeamento Urbanístico: “**Repartição de encargos** referentes aos procedimentos concursais de aquisição de serviços relativos à realização dos projecto de execução de: projecto geral de execução de construção do equipamento escolar EB 2/3 da Vila das Taipas; projecto geral de execução da reabilitação do equipamento escolar EB 2/3 da Vila de S. Torcato; Projecto de reabilitação e reconversão funcional do edifício “Teatro Jordão” e parque de estacionamento da rua de Camões. Refere-se a presente informação aos projectos gerais de execução respeitantes às escolas EB 23 das Taipas e S. Torcato, Teatro Jordão e parque de estacionamento da rua de Camões. Considerando que: 1. importa desde já promover todas as acções necessárias à correcta execução e materialização da requalificação e construção dos equipamentos e parque de estacionamento atrás mencionados; 2. encontram-se já em curso os procedimentos concursais inerentes aos três primeiros projectos e em fase de preparação o último projecto (parque de estacionamento da rua de Camões); 3. os projectos em causa desenvolver-se-ão nos anos 2011 e 2012, implicando realização de despesa nos mesmos dois





anos. Surge necessário proceder à formalização da repartição dos encargos financeiros pelos dois anos em causa respeitantes a estes quatro projectos pelo que se submete ao Órgão Executivo (e posteriormente à Assembleia Municipal) a seguinte repartição de encargos financeiros: Projecto geral de execução de construção do equipamento escolar EB 2/3 da Vila das Taipas – Ano 2011: €220.000,00 (duzentos e vinte mil euros); Ano 2012: €220.000,00 (duzentos e vinte mil euros). Projecto geral de execução da reabilitação do equipamento escolar EB 2/3 da Vila de S. Torcato – Ano 2011: €195.000,00 (cento e noventa e cinco mil euros); Ano 2012: €195.000,00 (cento e noventa e cinco mil euros). Projecto de reabilitação e reconversão funcional do edifício “Teatro Jordão” – Ano 2011: €200.000,00 (duzentos mil euros); Ano 2012: €200.000,00 (duzentos mil euros). Parque de estacionamento da rua de Camões – Ano 2011: €70.000,00 (setenta mil euros); Ano 2012: €230.000,00 (duzentos e trinta mil euros)”. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votou contra o Vereador José Torcato Ribeiro, que apresentou a seguinte **declaração de voto:** “A impossibilidade de separar os projectos contidos neste ponto, e proceder a uma votação individual, fez com que o meu voto fosse negativo perante todas as propostas, embora se deva ler que a minha posição se prende apenas com a repartição de encargos ao projecto de reabilitação e reconversão funcional do edifício do Teatro Jordão. Esta atitude é coerente com a tomada de posição anterior referente ao concurso do referido projecto, onde mereceu, na altura, o meu voto negativo. Quanto aos restantes projectos contidos neste ponto, se estivessem separados, teriam a minha aprovação”. -----

**OBRAS PÚBLICAS – CONCURSO LIMITADO POR PRÉVIA QUALIFICAÇÃO – CONSTRUÇÃO DO CENTRO ESCOLAR DE**

**MOREIRA DE CÓNEGOS E CENTRO ESCOLAR DE RONFE –**

Presente a seguinte informação dos serviços do Departamento de Obras Municipais: “Atenta a necessidade de executar a obra de “Construção do Centro Escolar de Moreira de Cónegos e Centro Escolar de Ronfe”, submete-se à consideração superior, nos termos do art.º 36.º do Código dos Contratos Públicos – CCP (Decreto-Lei 18/2008 de 29 de Janeiro, alterado e Republicado pelo Decreto-Lei 278/2009 de 2 de Outubro), a presente proposta de decisão de contratar. **Escolha do Tipo de Procedimento –** Para efeitos do previsto no art.º 38.º do CCP, propõe-se a adopção de Concurso Limitado por prévia qualificação, face ao valor económico estimado de €6.470.000,00 (seis milhões quatrocentos e setenta mil euros) + IVA e nos termos da alínea b), do art.º 19.º, do CCP, cujo anúncio será publicado no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE), sendo dividido por lotes constituídos por: **Lote 1** – Centro Escolar de Moreira de Cónegos, cujo valor económico estimado é de €2.850.000,00 (dois milhões e oitocentos e cinquenta mil euros) + IVA a satisfazer pela rubrica 2.1.1.2.66 do Plano Plurianual de Investimento, para um prazo de execução de 300 dias; **Lote 2** – Centro Escolar de Ronfe, cujo valor económico estimado é de €3.620.000,00 (três milhões e seiscentos e vinte mil euros) + IVA a satisfazer pela rubrica 2.1.1.2.71 do Plano Plurianual de Investimento, para um prazo de execução de 365 dias; **1 - Peças do Procedimento** – Aprovação do convite, programa de Procedimento e Cadernos de Encargos que se anexam, nos termos da alínea c) do nº1 e nº 2 do art.º 40.º do CCP; **2 - Designação do júri:** De acordo com o que dispõe o art.º 67.º do CCP, torna-se necessário proceder à designação do Júri que procederá à realização de todas as operações inerentes ao procedimento, pelo que se propõe a



seguinte constituição: Efectivos – Presidente: Joaquim Josias Silva Antunes Almeida de Carvalho – Director do Departamento de Obras Municipais; 1º Vogal: José Filipe Tavares de Fontes – Director do Departamento de Projectos e Planeamento Urbanístico; 2º Vogal: Elsa Maria Ferreira Cordeiro de Almeida – Chefe de Divisão. Suplentes – 1º Vogal suplente: Maria Fernanda Fernandes Castro – Chefe de Divisão de Empreitadas; 2º Vogal suplente: Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier – Directora do Departamento de Administração Geral. Administrativa. É designado para secretariar o júri: Silvana Leite Torres Peixoto – A Coordenadora técnica do Departamento de Obras Municipais. Para aprovação de Erros e Omissões, propõe-se que o júri do procedimento tenha competências para a sua aprovação, desde que não seja alterado o preço base e o prazo de execução”. Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO**

**APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**PATRIMÓNIO – EXPROPRIAÇÃO DO DIREITO AO ARRENDAMENTO DO PRÉDIO SITO NA RUA DE VILA FLOR, N.º 142, FREGUESIA DE URGEZES** – Presente, para ratificação,

o despacho do Presidente da Câmara, datado de 13 de Setembro de 2011, que autorizou o depósito da verba de €25.449,72 à ordem do Tribunal Judicial de Guimarães, nos termos do n.º 1 do artigo 51.º do Código das Expropriações, para tramitação do processo de expropriação do direito ao arrendamento do prédio sito na Rua de Vila Flor, n.º 142, freguesia de Urgezes. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 11 e na unidade económica 07.01.03.07. **DELIBERADO APROVAR POR**

**UNANIMIDADE. -----**

**PATRIMÓNIO – CONTRATO COMODATO – EB1/JI DE BARCO**

– **PROCº RP/04/84** – Presente a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: “Decorrente das obras de ampliação do edifício escolar de Couto, da freguesia de Barco, torna-se necessário assegurar a instalação das crianças do 1º Ciclo e do Jardim de Infância daquele estabelecimento de ensino. Na sequência das diligências efectuadas, foram encontrados dois prédios, situados na Rua da Liberdade, da referida freguesia que, com obras de adaptação, garantem as condições mínimas para o funcionamento das actividades lectivas de educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico, bem como do refeitório escolar. Deste modo, em caso de concordância superior, deverão ser celebrados contratos de comodato, conforme a seguir indicado com vista a satisfazer as necessidades do Município. -----

Proprietário	Artigo matricial	Finalidade
Junta de Freguesia de Barco	Urbano 610 – A	Refeitório
José Antunes	Urbano 454	EB1 e jardim de infância

Assim, deverá ser submetida a deliberação camarária a celebração dos referidos contratos de comodato, nos termos das minutas que se anexam, onde ficarão a constar os direitos e obrigações de ambas as partes. À consideração superior”. As referidas minutas dão-se aqui por reproduzidas e arquivam-se em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. --**  
**PATRIMÓNIO – AQUISIÇÃO AMIGÁVEL DE TERRENO PARA PERMITIR A CONSTRUÇÃO DA ROTUNDA DA VARIANTE DE CAMPELOS, FREGUESIA DE PONTE – PROCº 40/15/2001** – Presente a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: “A Câmara Municipal de Guimarães deliberou em 2 de Junho de 2011, adquirir ao Sr. António Ribeiro Teixeira, uma parcela de terreno com a área de 59,10m2, para a obra acima indicada. Porém, o Departamento de Obras Municipais, veio agora



informar que aquando da execução da obra, não se ocupou efectivamente a área atrás mencionada, mas tão só 29,50m<sup>2</sup>. Perante esta situação, deve ser revogada a deliberação de 2 de Junho de 2011 e tomada nova deliberação que aceite adquirir a área de 29,50m<sup>2</sup>, efectivamente ocupada, devendo ser paga pelo valor total de €1.475,00, (mil quatrocentos e setenta e cinco euros), com base na avaliação do preço/m<sup>2</sup> já efectuada para a área inicialmente prevista. Atendendo a que o proprietário ainda não possui a documentação predial regularizada, deve ser deliberado aceitar celebrar um contrato promessa de compra e venda, em cujo acto a Autarquia pagará 90% do valor acordado, ou seja, €1.327,50 (mil trezentos e vinte e sete euros e cinquenta cêntimos), entregando-se o restante valor aquando da celebração da escritura de compra e venda. Esta aquisição será efectuada nos termos do artigo 11º do Código das Expropriações, sendo a parcela de 29,50m<sup>2</sup> a desanexar do prédio descrito na 1ª Conservatória do Registo Predial de Guimarães sob o nº 02.185/Ponte e do artigo urbano 3507º, a qual confronta do norte e poente com restante prédio e do sul e nascente com Rua Reitor Joaquim A. M. Torres, pelo preço de €1.475,00, (mil quatrocentos e setenta e cinco euros), permitindo desta forma a concretização do projecto da rotunda da Variante de Campelos. À consideração superior". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**PROTÓCOLOS – PROTÓCOLO DE COLABORAÇÃO COM A UNIVERSIDADE LUSÓFONA NO ÂMBITO DO PROJECTO PARA ATRIBUIÇÃO DA BOLSA DE ESTUDO A RESIDENTES NO CONCELHO DE GUIMARÃES** – Presente a seguinte informação da Chefe de Divisão de Educação: "A Universidade Lusófona do Porto vai promover, já a partir do próximo ano lectivo, um projecto de atribuição de bolsas de estudo a estudantes residentes

nos concelhos portugueses do Norte de Portugal e dos concelhos galegos do “Eixo Atlântico”, matriculados no 1.º ano do 1.º ciclo de estudos daquela Instituição de Ensino Superior. Com este Projecto, a Universidade Lusófona do Porto visa, não só favorecer os jovens que pretendem valorizar-se a si e às regiões de onde são oriundos, como também contribuir para o desenvolvimento social, cultural e económico de toda a euro-região do noroeste peninsular. Para a concretização deste Projecto, a Universidade Lusófona vem propor ao Município de Guimarães o estabelecimento de uma parceria tendo em vista a definição dos termos e condições da participação da autarquia no processo de selecção de um estudante para efeito de atribuição de uma bolsa de estudo. Neste sentido, e considerando que se trata de um projecto que: 1 – contempla um conjunto de apoios sócio educativos destinados a jovens residentes no concelho de Guimarães que, revelando mérito escolar, podem ver garantidos o prosseguimento dos seus estudos independentemente da sua condição, 2 – permite ao Município de Guimarães definir os critérios que presidirão à selecção do aluno para atribuição de bolsa de estudo; 3 – tem um carácter transfronteiriço; propomos, nos termos da alínea b), do n.º 4, do art.º 64.º e 67.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 1 de Janeiro, a celebração de Protocolo de Colaboração com a Universidade Lusófona do Porto com vista à participação da Câmara Municipal naquele programa. À consideração superior”. A minuta do Protocolo dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**PROTOSCOLOS – PROTOCOLO “PROXECTOTERRA”** – Presente, para aprovação, o Protocolo a celebrar entre o Colexio Oficial de



Arquitectos de Galicia e a Câmara Municipal de Guimarães tendo por objecto estabelecer um quadro de colaboração que terá como resultado a elaboração e oferta de um conjunto de actividades didácticas destinadas às etapas da educação obrigatória com o objectivo de apresentar aos alunos galegos e portugueses, nomeadamente aos alunos dos estabelecimentos de ensino deste nível de educação do concelho de Guimarães e da sua região, o mundo da arquitectura, da sua ordenação integrada no território e do seu impacto na qualidade de vida da população. A minuta do Protocolo dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**RECURSOS HUMANOS – PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA A CARREIRA E CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR (PSICOLOGIA/SOCIOLOGIA)** – Presente a seguinte proposta

do Vereador José Augusto Araújo: “No âmbito das necessidades reportadas nos termos da informação prestada pela Chefe da Divisão de Acção Social de 29 de Julho de 2011, que mereceu a concordância do Senhor Presidente, propõe-se a abertura do procedimento concursal para contratação por tempo indeterminado de um posto de trabalho da carreira e categoria de técnico superior (Psicologia/Sociologia). O posto de trabalho indicado na citada informação está previsto no mapa de pessoal, como necessidade permanente. Foi deliberado pela Câmara Municipal em sua reunião de 2 de Dezembro de 2010 o recrutamento para contratação por tempo indeterminado do referido posto referido, cujo procedimento concursal foi publicado em Diário da República, 2ª série nº 32 de 15 de Fevereiro de 2011, respeitando na íntegra o disposto no art. 9º da Lei nº 12-A/2010, de 30 de Junho, tendo o mesmo ficado deserto. Não foi

registado no Departamento de Recursos Humanos desta Câmara Municipal qualquer pedido de mobilidade para esta carreira e categoria. Ora, considerando que o procedimento concursal referido, aberto recentemente, ficou deserto, resulta demonstrada a impossibilidade de recrutamento de trabalhadores com prévia relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado. Por outro lado, não se encontra constituída reserva de recrutamento neste município. Proponho, assim, o recrutamento excepcional, nos termos do disposto nº 2 do art.º 10º da Lei nº 12-A/2010 de 30 de Junho. A presente proposta fundamenta-se no aumento de serviços que a Divisão de Acção Social presta aos cidadãos, às instituições, designadamente com a criação de novas estruturas de apoio, (GAE, CLAII) e com a criação de novos instrumentos reguladores de atribuição de subsídios, a pessoas individuais e a instituições sociais. Dado que existe verba orçamental disponível, proponho a abertura do solicitado procedimento concursal, dando cumprimento ao disposto na Lei nº 12-A/2010, de 30 de Junho e LOE/2011; Mais se informa que, atendendo ao disposto no artigo 4º do Decreto-Lei n.º 209/2009 de 3 de Setembro em conjugação com o n.º 2 do artigo 6º da Lei n.º 12-A/2008 de 11 de Setembro, a decisão de promoção de recrutamento para ocupação de postos trabalho, previstos no mapa de pessoal, carece de aprovação do órgão executivo do Município". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**RECURSOS HUMANOS – PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA A CARREIRA DE TÉCNICO SUPERIOR (ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA)** – Presente a seguinte proposta do Vereador José Augusto Araújo: "No âmbito das necessidades reportadas na informação prestada pela Directora do Departamento de Recursos Humanos, que mereceu a minha concordância, propõe-se a





abertura do procedimento concursal para contratação por tempo indeterminado de um posto de trabalho da carreira e categoria de técnico superior (área de Administração Pública). O posto de trabalho indicado na citada informação está previsto no mapa de pessoal aprovado pela Assembleia Municipal em 1 de Julho de 2011, como necessidade permanente. A presente proposta fundamenta-se na manifesta necessidade da gestão de apólices de seguros de acidentes de trabalho e acidentes pessoais; análise de riscos; elaboração de relatórios de acidentes de trabalho; organização e monitorização de processos de contratação pública na área de HST. Dado que existe verba orçamental disponível, proponho a abertura do solicitado procedimento concursal, dando cumprimento ao disposto na Lei nº 12-A/2010, de 30 de Junho e LOE/2011; Mais se informa que, atendendo ao disposto no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro em conjugação com o n.º 2 do artigo 6º da Lei n.º 12-A/2008, de 11 de Setembro, a decisão de promoção de recrutamento para ocupação de postos trabalho, previstos no mapa de pessoal, carece de aprovação do órgão executivo do Município. Mais se propõe, atenta a invocada necessidade do serviço, que, caso não seja possível a ocupação do posto através deste procedimento concursal, nem por recurso a pessoal colocado em situação de mobilidade especial ou a outros instrumentos de mobilidade, seja autorizado o recrutamento excepcional previsto no n.º 2 do artigo 10.º da Lei n.º 12-A/2010, ou seja, a abertura de procedimento a candidatos que não possuam uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente constituída”.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**RECURSOS HUMANOS – PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA RECRUTAR TÉCNICOS DE INFORMÁTICA** – Presente a seguinte

proposta do Vereador José Augusto Araújo: "Foi deliberado pela Câmara Municipal em sua reunião de 10 de Março de 2011, o recrutamento para contratação por tempo indeterminado de três postos de trabalho para a carreira e categoria de Técnico de Informática. O procedimento concursal foi publicitado no Diário da República, II série, nº 111, de 8 de Junho de 2011, respeitando na íntegra o disposto no art. 9.º da Lei nº 12-A/ 2010, de 30 de Junho, tendo o mesmo ficado deserto por não existirem candidatos que satisfizessem os requisitos exigidos. Também não foi registado do Departamento de Recursos Humanos desta Câmara Municipal qualquer pedido de mobilidade para esta carreira e categoria. Em informações prestadas pelo Chefe da Divisão de Sistemas de Informação e pela Chefe da Divisão de Arquivos, datadas de 21 de Setembro de 2011, que mereceram a concordância dos respectivos Vereadores, foram reportadas necessidades de recrutamento. Considerando que, os dois postos a recrutar para a Divisão de Sistemas de Informação se fundamentam na necessidade premente em assegurar a manutenção do parque informático do município, actualmente com cerca de 1000 computadores e outros periféricos, bem como de reforçar o suporte à rede escolar. O posto de trabalho a recrutar para a Divisão de Arquivos, fundamenta-se na necessidade de assegurar as aplicações desenvolvidas internamente, de simplificação e optimização do sistema de arquivo, o projecto de criação de Arquivo Digital Histórico, cuja implementação e manutenção requer a intervenção diária de um técnico de informática. Os postos de trabalho estão previstos no mapa de pessoal aprovado pela Assembleia Municipal em 10 de Dezembro de 2010, como necessidades permanentes. Dado que existe verba orçamental disponível, proponho a abertura de procedimento



concursal nos termos do n.º 2 do art. 10.º, para contratação por tempo indeterminado dos referidos postos de trabalho, aberto também a candidatos sem prévia relação jurídica de emprego público. Mais se informa que, atendendo ao disposto no artigo 4º do Decreto-Lei n.º 209/2009 de 3 de Setembro em conjugação com o n.º 2 do artigo 6º da Lei n.º 12-A/2008 de 11 de Setembro, a decisão de promoção de recrutamento para ocupação de postos de trabalho, previstos no mapa de pessoal, carece de aprovação do órgão executivo do Município". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**EDUCAÇÃO – RENOVAÇÃO DO PROTOCOLO COM A ESCOLA SECUNDÁRIA CALDAS DAS TAIPAS PARA O FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES AOS ALUNOS DA EB1 PINHEIRAL/CALDELAS**

**– ANO LECTIVO 2011/2012** – Presente a seguinte informação da Divisão de Educação: "Como é do conhecimento superior, por razões de reconversão do edifício em Centro Escolar, a EB1 Pinheiral/Caldelas encontra-se, desde o 2.º período do ano lectivo anterior, a funcionar nas instalações da Escola Secundária de Caldas das Taipas, tendo sido celebrado um protocolo com esta entidade para fornecimento de refeições aos alunos da EB1. Considerando que a conclusão das obras da EB1 Pinheiral/Caldelas está prevista para o final do corrente ano civil, torna-se necessário continuar a assegurar o fornecimento de refeições no período de Setembro a Dezembro de 2011. Face ao exposto, propõe-se a renovação do protocolo celebrado com a Escola Secundária das Taipas para fornecimento de refeições a 202 alunos, a vigorar no ano lectivo 2011/2012 (Setembro a Dezembro). Mais se informa que o custo previsível com o fornecimento de refeições é de €20.054,56, aos quais serão deduzidas as comparticipações dos Encarregados de Educação. Para deliberação em reunião de

Câmara, junto se anexa minuta do protocolo a celebrar entre as entidades. À consideração superior". Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07 e na unidade económica 04.07.01. A minuta do Protocolo dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. O Vereador José Augusto Araújo não participou na discussão e na votação da proposta por se declarar impedido.** -----

**EDUCAÇÃO – RENOVAÇÃO DE PROTOCOLO PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES AOS ALUNOS DA EB1 MOTELO/FERMENTÕES – ANO LECTIVO 2011/2012 –**

Presente a seguinte informação da Divisão de Educação: "Como é do conhecimento superior, a Autarquia tem vindo a celebrar anualmente um protocolo com a Casa do Povo de Fermentões para o fornecimento de refeições aos alunos da EB1 Motelo/Fermentões. De acordo com informações do Agrupamento de Escolas Fernando Távora, o número de alunos a necessitar de almoço, no ano lectivo 2011/2012, é de 147. Assim, propõe-se a renovação do protocolo com a Casa do Povo de Fermentões para fornecimento de refeições a 147 alunos da EB1 Motelo. Mais se informa que o fornecimento de refeições a estes alunos implica à Autarquia um custo anual previsível de €15.798,10, repartido da seguinte forma: Setembro a Dezembro de 2011: €6.319,24; Janeiro a Junho de 2012: €9.478,86. Para deliberação em reunião de Câmara, junto se anexa minuta do Protocolo, a celebrar entre as entidades. À consideração superior". Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07 e na unidade económica 04.07.01. A minuta do Protocolo dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**SUBSÍDIOS – CONFRARIA GASTRONÓMICA PANELA AO LUME – 25º ANIVERSÁRIO**

– Presente a seguinte proposta: “A Confraria Gastronómica Panela ao Lume, com sede em Guimarães, registada com o nº 502954094/RMECARH, vai promover, no próximo dia 24 de Setembro, a celebração do seu 25º aniversário, para a qual convidou várias confrarias nacionais e estrangeiras, tendo solicitado apoio logístico municipal. Considerando o conjunto de eventos promovidos por esta Confraria, ao longo de 25 anos, em que participaram várias personalidades e onde foi sempre divulgada a cidade e o nosso património, deferi que fossem concedidos os seguintes apoios: dez dormidas na Pousada da Juventude de Guimarães para os membros da Orquestra de Cordas da Escola Pedro Frech, com utilização da quota de estadias adquiridas pelo Município para o ano de 2011, de acordo com protocolo celebrado com a Movijovem; cedência, para o jantar do dia 24, da instalação sonora e do técnico de luz e som com assunção das horas extraordinárias a que houver lugar; cedência, para decoração no jantar, das Bandeiras da União Europeia, Nacional e de Guimarães; actuação do Grupo Folclórico e Recreativo de Tabuadelo no jantar, com transporte do mesmo grupo no autocarro da Câmara, com assunção das horas extraordinárias do motorista a que houver lugar. Estes apoios foram concedidos ao abrigo do disposto no nº 6 do artigo 2º do Regulamento de atribuição de subsídios às entidades culturais, artísticas, recreativas e humanitárias de Guimarães, por despacho que coloco à ratificação da Câmara Municipal”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE SANDE VILA NOVA – FESTAS EM HONRA DE NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS** – Presente um pedido da Junta de

Freguesia de Sande Vila Nova solicitando um apoio destinado a custear as despesas com a ligação à rede de iluminação pública das ornamentações das Festas em Honra de Nossa Senhora da Assunção, realizada entre os passados dias 12 e 15 de Agosto. Propõe-se a atribuição, à Junta de Freguesia de Sande Vila Nova, de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da referida Festa, num máximo de €41,34. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE GONÇA – FESTAS EM HONRA DE HONRA DE S. MATEUS – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS** – Presente um ofício da Comissão de Festas em Honra de S. Mateus solicitando um apoio destinado a custear as despesas com a ligação à rede de iluminação pública das ornamentações das Festas, a realizar entre os próximos dias 23 e 26 de Agosto. Propõe-se a atribuição, à Junta de Freguesia de Gonça, de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da referida Festa, num máximo de €29,55. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE APROVAR A ACTA EM MINUTA.** -----  
**PELAS ONZE HORAS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ACTA.** -----